

AS CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: A EXPRESSÃO CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra
Elaine Cristina Freitas Veiga
Allyne Nunes de Oliveira**

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar os subsídios da ludicidade no processo de ensino aprendizagem de crianças com Síndrome de Down, com enfoque principal nas contribuições da expressão corporal. A inclusão na rede de ensino é um direito da pessoa com deficiência, sendo assegurado por meio da Lei nº 7.853/89 que decreta a obrigatoriedade do fornecimento de vagas na rede regular de ensino para crianças deficientes. Para tanto adotamos a abordagem qualitativa com levantamento bibliográfico utilizando como base teórica os autores Silva (2005), Coutinho (2001) e o Referencial Curricular para a Educação Infantil, tendo como viés teórico-metodológico a perspectiva histórico-cultural. A partir da pesquisa realizada concluímos que a inclusão de crianças com Síndrome de Down é de suma importância em ambientes lúdicos, contribuindo para o seu desenvolvimento e estimulando sua autonomia.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Síndrome de Down; Educação infantil.

Introdução

Esta pesquisa surgiu a partir de questionamentos referentes a leituras relacionadas à área de Educação Especial, em especial a aprendizagem das crianças com síndrome de Down, buscando entender as suas especificidades, buscando desde os primeiros registros das crianças com síndrome de Down até a atualidade. A partir desses questionamentos procuramos entender como se dá o desenvolvimento dessa criança que, por conta do excesso cromossômico, acaba tendo características específicas.

A educação inclusiva é lei e direito de todas as crianças com deficiência, sem exceção, no Artigo 208 inciso III da Constituição Federal, especifica a obrigatoriedade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação infantil é um direito da criança e dever do Estado, assim sendo, a educação infantil deve estar preparada para atender as crianças com síndrome de Down, promovendo a inclusão dessa criança na turma, proporcionando momentos lúdicos que incentivem o desenvolvimento da autonomia das crianças.

Em 1998, foi publicado o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) que tem como objetivo nortear a prática do professor da educação infantil, que

faz parte dos documentos elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, os Parâmetros Curriculares Nacionais.

O terceiro volume do RCNEI traz as múltiplas linguagens, como o movimento, teatro, música, que devem ser contemplados nas práticas na educação infantil. A partir dessas linguagens buscamos entender a importância que a ludicidade tem no desenvolvimento de crianças com síndrome de Down, focando na dança, que está relacionada ao movimento, porém, não uma dança técnica visando à formação de um profissional da área, mas uma dança como forma de expressão dessas crianças a partir do corpo.

Para esta pesquisa adotamos a abordagem qualitativa, por meio de estudos bibliográficos, sobre educação infantil, dança e síndrome de Down com o objetivo de elucidar as questões levantadas pelo grupo, tendo como viés teórico-metodológico a perspectiva histórico-cultural vygotskyana.

Utilizamos como base teórica os autores Silva (2005), Coutinho (2001) e o Referencial Curricular para a Educação Infantil que versam sobre o assunto tratado neste artigo como dança, Síndrome de Down e a infância.

Nós educadores devemos repensar a nossa prática pedagógica, para isso contamos com uma base científica riquíssima, com grandes estudos na área da infância e da inclusão que servem como um alicerce na sala de aula, buscando sempre estudar visando uma melhor prática em sala de aula.

A Síndrome de Down

Os primeiros trabalhos científicos relacionados às crianças e adultos com Síndrome de Down ocorreu apenas no século XIX, mas foram encontrados registros de pessoas com a síndrome há muitos anos antes de Cristo.

Schwartzman (1999) situa que podemos encontrar referências às pessoas com síndrome de Down na cultura dos Olmecas, no período de 1500 a.C. até 300 d. C, pois, a partir de achados arqueológicos, percebeu-se que essa civilização representava, em suas esculturas e desenhos, pessoas com traços faciais peculiares às que apresentam essa síndrome. (SILVA, 2005).

Foram encontradas diversas esculturas de pessoas com síndrome de Down na cultura Olmeca, essas pessoas eram consideradas deusas, acreditavam que elas eram concebidas através de um cruzamento entre mulheres com uma idade mais avançada com o Jaguar.

A Síndrome de Down é decorrente de uma alteração genética ocorrida durante a gestação. O nome surgiu a partir da descrição de John Langdon Down, médico inglês que descreveu, em 1866, pela primeira vez as características de uma criança com esta síndrome. A Síndrome de Down também pode ser chamada de trissomia do 21, que é um acidente genético que causa a síndrome. Ocorre quando exatamente no par cromossômico 21 existem três cromossomos em vez de dois, daí a terminologia de trissomia do 21. (LEFEVRE, 1988 *apud* ZANIN; CEBALOS; MAZARO, 2012)

Em 1866, o Dr. John Langdon Down fez o reconhecimento clínico desse defeito genético, diferenciando as pessoas com síndrome de Down de outras que possuíam outro tipo de deficiência intelectual.

A síndrome se dá na concepção, trata-se da primeira anomalia detectada na espécie humana, é congênita o que resulta em deficiência intelectual. Segundo Silva (2005) a presença de 01 cromossomo a mais nas células de um indivíduo, acarreta um variável retardo no desenvolvimento físico, funcional e mental. Quando este cromossomo extra localiza-se no par de número 21, este passa a ser, também, uma característica da pessoa com síndrome de Down.

Os cromossomos recebidos na hora da fecundação são metade passada pelo espermatozoide e a outra metade pelo óvulo. Se alguma célula vir com 24 cromossomos e outra com 23 levará a formação de uma célula com 47 cromossomos. A síndrome ocorre por uma meiose falha do espermatozoide ou do óvulo, o que resulta no excesso de cromossomos que é a causa da síndrome de Down.

As características no caso da Síndrome de Down são causadas pela trissomia do par de cromossomos 21, há vários tipos de trissomia, a forma mais frequente é a trissomia livre ou simples, ao invés de ter dois cromossomos, possui três, causando à pessoa várias diferenças físicas e deficiência intelectual. Outro tipo de trissomia é a translocação, onde o cromossomo 21 está geralmente unido ao cromossomo 14, suas consequências são semelhantes à da trissomia simples e, se ao fazer o exame de cariótipo for constatado a translocação no bebê síndrome de Down, o exame também terá que ser feito pela família, pois servirá para avaliar se poderão ter filhos com trissomia. O mosaïcismo, o qual evidencia que a partir de uma trissomia simples ou de uma translocação, que nem todas as células se multiplicam com cromossomo a mais. Algumas ficam com 46 e outras com 47 cromossomos, distribuídas em proporções diferentes pelo organismo. (BONFIM *apud* ORNELAS; SOUSA, 2001).

A síndrome de Down influencia a formação do corpo, além do prejuízo intelectual, acarretando em algumas características comuns.

O recém-nascido com síndrome de Down, tem uma expressão fenotípica muito clássica: a cabeça é menor, quando comparada com crianças normais; o rosto é achatado, devido aos ossos faciais serem pouco desenvolvidos; os olhos são puxados; a língua parece ser demasiadamente grande para a boca; as orelhas são pequenas. Muitas vezes, tem uma prega única na palma da mão e o dedo grande do pé mais afastado dos demais. Apresenta, frequentemente, ainda, uma hipotonia (flacidez muscular), e tem baixa estatura na primeira infância. Existem vários outros sinais físicos, mas – é importante ressaltar – esses variam de pessoa para pessoa. (PUSCHEL, 1993; SCHWARTZMAN, 1999 *apud* SILVA, 2005).

Fisicamente, os indivíduos com Síndrome de Down costumam nascer menores e mais leves, do que os outros bebês. Em geral são bochechudos, (devido à flacidez muscular), apresentam hipotonia e têm olhos amendoados relativamente distantes um do outro. Alguns têm prega epicântica, ou seja, um excesso de pele no canto interno dos olhos. Os braços e as pernas são curtos. As orelhas implantadas um pouco abaixo do normal e o nariz é pequeno. O dedo mínimo se mostra ligeiramente curvo. As mãos são menores e gordas, com a palma atravessada por uma única prega transversa. Nos pés, é comum encontrarmos uma distância anormalmente grande entre o primeiro e o segundo dedo.

Como já citado por conta do defeito cromossômico nas células, ocorre, também, atraso intelectual.

Com deficiência mental geralmente moderada, hipotonia muscular generalizada, pouca coordenação dos movimentos, língua protusa, respiração bucal, cardiopatias (em 40% dos casos), fala tardia, sensibilidade a infecções, hiperextensibilidade articular, frouxidão ligamentar da primeira e da segunda vértebra e outros. (BONFIM *apud* ORNELAS; SOUSA, 2001).

Devido à hipotonia as crianças com a síndrome possuem grandes dificuldades de deglutir e sugar, também são muito sonolentas. Com o passar do tempo e com a estimulação adequada à hipotonia tende a diminuir.

Devemos salientar que embora sejam todas características da síndrome de Down nem todas as crianças desenvolvem todas essas características específicas, podendo ter apenas algumas delas.

A idade cronológica de pessoas com síndrome de Down é diferente da idade funcional, o que faz com que sejam vistas como crianças.

Na síndrome de Down o desenvolvimento e a aprendizagem dos indivíduos sofrem interferências devido ao comprometimento intelectual que ocorre devido ao

excesso de cromossomos, também possui singularidades biológicas, psicológicas e sociais que refletem na qualidade de vida da pessoa e da família. O desenvolvimento dos indivíduos com a trissomia do par 21 está intimamente relacionado à motivação e ao incentivo que recebem, sobretudo nos primeiros anos de vida, sendo também determinante a educação e o ambiente aos quais estão inseridos desde o seu nascimento.

[...] o desenvolvimento da criança com SD, nos cinco primeiros anos de vida, está baseado em alguns pressupostos correlacionados ao desenvolvimento considerado típico. De acordo com esses autores, o desenvolvimento motor mostra-se atrasado, da mesma forma que as demais áreas do desenvolvimento; a presença de graus importantes de hipotonia muscular seguramente contribui para este atraso motor. Afirmam ainda que todos os marcos de desenvolvimento motor tendem a surgir mais tarde, com a idade média para sentar-se sozinho ocorrendo por volta dos nove meses (6-16 meses); ficar em pé com apoio por volta dos 15 meses (8-25 meses) e andar por volta dos 19 meses (13-48 meses). (ANHÃO, 2009).

Outro ponto de suma importância é termos sempre em mente que, apesar das diversas semelhanças físicas entre as crianças com síndrome de Down, elas são diferentes entre si, cada uma delas tem suas particularidades, gostos e vivências que as tornam diferentes uma das outras.

Os pais podem influenciar negativamente no processo de desenvolvimento das crianças com síndrome de Down através da superproteção, com isso focam suas atenções nas deficiências das crianças, impossibilitando as crianças de se desenvolverem, de interagirem com o mundo em busca de sua autonomia. “As habilidades de autonomia pessoal e social proporcionam melhor qualidade de vida, pois favorecem a relação, a independência, interação, satisfação pessoal e atitudes positivas”. (SILVA, 2002).

A estimulação essencial e o trabalho conjunto com pais e professores resultaram em melhorias no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças.

A síndrome de Down é uma forma de vida e não uma doença, as crianças com essa síndrome tem a capacidade de fazer tudo que as pessoas com desenvolvimento típico fazem, só levam um tempo um pouco maior para desenvolverem algumas habilidades específicas, mas são totalmente capazes de fazer.

A educação infantil, o lúdico e a criança com Síndrome de Down

A criança sempre existiu no mundo, mas a infância só foi realmente reconhecida no século XVIII. Como afirma Barbosa (2006 *apud* SARMENTO E PINTO, 1997), em

seu livro, “Com efeito, crianças existiram desde sempre, desde o primeiro ser humano, e a infância como construção social”.

As crianças não eram vistas como hoje em dia, com suas particularidades que as diferenciam das pessoas mais velhas, elas eram tratadas como pequenos adultos, utilizando roupas idênticas, depois que deixavam de usar o cueiro elas começavam a utilizar roupas destinadas aos adultos. Com este modo de vestir as crianças foram retratadas em diversas pinturas do século XVI e XVII, como a pintura de Catherine-Eleonore de Bethisy (1707-67), que é retratada com longos vestidos.

Infância, como categoria social que assinala os elementos de homogeneidade deste grupo minoritário, e as crianças, como referentes empíricos cujo conhecimento exige a atenção aos fatores de diferenciação e heterogeneidade, afigura-se não como uma redundância ou sutileza analítica, mas como uma necessidade incontornável na definição de um campo de estudos ou investigação. (SARMENTO e PINTO, 1997 *apud* BARBOSA, 2006).

Só depois de muito tempo a criança foi reconhecida como um ser pertencente à sociedade, com suas particularidades e com direitos. Com o reconhecimento da infância, da importância de vivências ricas culturalmente nesse período, de suas particularidades e direitos passou a ser exigida também uma instituição que envolvesse todos esses quesitos.

[...] movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento. (BRASIL, 1998)

A Educação Infantil passou a ser um direito da criança e obrigação do Governo. O direito ao atendimento em creches e pré-escolas está amparado pela Constituição de 1988 em seu Artigo 208, “IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (inciso IV do art. 208 da Constituição Federal).

Com o direito da criança a profissionais bem formados e ambientes que favoreçam a descoberta da identidade, da autonomia da criança passou a ser pensado também na educação das crianças deficientes. A educação inclusiva tem sido muito debatida nos últimos anos, pensando em um ambiente que respeite as particularidades de todas as crianças que estão inseridas neste ambiente.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito das pessoas com deficiência de receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino, “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (inciso III do art. 208 da Constituição Federal), com o objetivo de garantir o direito a educação inclusiva nas rede regular de ensino.

A criança com síndrome de Down depende da estimulação desde seus primeiros meses de vida, a deficiência intelectual, causada pelo excesso de cromossomos, torna o desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças um pouco mais lenta, mas, ao contrário do que muitos acreditam, eles possuem total capacidade para realizar as mesmas tarefas que crianças com desenvolvimento típico, levando apenas um tempo maior que outras crianças.

Outros comprometimentos que afetam a criança Down e implicam dificuldades ao desenvolvimento da aprendizagem são: alterações auditivas e visuais, incapacidade de organizar atos cognitivos e condutas, debilidades de associar e programar seqüências. Estas dificuldades ocorrem principalmente porque a imaturidade nervosa e não mielinização das fibras pode dificultar funções mentais como: habilidade para usar conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relação espacial, esquema corporal, habilidade no raciocínio. (ZANIN; CEBALOS; MAZARO, 2012)

Uma das melhores formas de estimulação para as crianças com síndrome de Down é através das brincadeiras lúdicas. Através de atividades lúdicas que envolvam as diversas linguagens artísticas como a dança, música, teatro, podemos trabalhar atividades que desenvolvam a criança de uma forma prazerosa, sem ser cansativo para ela.

É através das brincadeiras que a criança com síndrome de Down, e todas as outras, vão descobrindo o mundo, tendo relações com os outros. Para Vygotsky só nos desenvolvemos através das relações sociais, do contato com o outro.

O processo de desenvolvimento humano, numa perspectiva sócio-histórica, é percebido como sendo constituído a partir das constantes interações com o meio social. Portanto, o desenvolvimento é socialmente constituído. Inicialmente, este ocorre no nível social, ou seja, a partir das relações entre as pessoas, no nível interpsicológico, e, só posteriormente, no nível individual ou intrapsicológico. (VYGOTSKY, 1978 *apud* DANIELS, 2001)

O ato de brincar tem uma função social, cultural. No ato de brincar a criança entram em contato com um mundo novo, novos objetos, novas possibilidades, sentimentos, o ato de brincar, apesar de parecer simples, é algo muito complexo, que exige muito da criança. Esse contato com outros indivíduos, com o mundo é fundamental para que a criança com síndrome de Down desenvolva sua identidade, sua autonomia, que descubra o mundo a sua volta.

As brincadeiras lúdicas também proporcionam o contato com as regras, o esperar a vez, sabendo que se deve esperar a sua vez na brincadeira, lembrando que as regras devem ser respeitadas por todos.

A cultura lúdica é, então, composta de certo número de esquemas que permitem iniciar a brincadeira, já que se trata de produzir uma realidade diferente daquela da vida cotidiana: os verbos no imperfeito, as quadrinhas, os gestos estereotipados do início das brincadeiras compõem assim aquele vocabulário cuja aquisição é indispensável ao jogo. (BROUGÈRE, 1998).

Como já dito, o ato de brincar é cultural, as brincadeiras se diferenciam de região para região, as brincadeiras mudam conforme o local onde esta criança, Down ou não, está inserida, como outros fatores como o gênero, idade, um local que propicia a criança criar sua autonomia enquanto brinca.

Trabalhar com atividades lúdicas na sala de aula é de extrema importância para o desenvolvimento das crianças como a dança e a música, que são essenciais. Para uma boa atividade necessitamos de um bom planejamento que incluam toda a turma, sempre respeitando as diferenças, buscando atividades que desafiem as crianças sempre buscando o melhor delas, permitindo que as crianças tenham voz na brincadeira, tomando decisões e seguindo as regras.

As contribuições da Expressão Corporal no ensino das crianças com Síndrome de Down: movimento e dança na educação infantil

Com a obrigatoriedade da oferta da educação infantil na educação básica, foi elaborado em 1998, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI).

Atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que estabelece, pela primeira vez na história de nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, nosso objetivo, com este material, é auxiliá-lo na realização de seu trabalho educativo diário junto às crianças pequenas. (BRASIL, 1998)

O objetivo do RCNEI é auxiliar o professor da educação infantil na elaboração de planejamentos que assegurem o direito das crianças a seu desenvolvimento integral, proporcionando contato com sua realidade social e cultural.

[...] as instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios. Quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais ele lhes possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesmas, dos outros e do meio em que vivem. (BRASIL, 1998)

O RCNEI traz o movimento, a música, o teatro e outras formas de linguagens artísticas que proporcionam um enriquecimento cultural para as crianças. Um dos desafios é fazer valer isso nas instituições que muitas vezes dão valor apenas a aprendizagem da leitura e da escrita, se esquecendo das múltiplas linguagens que as crianças devem ter contato.

As instituições educacionais infantis desconsideram as cem linguagens das crianças atribuindo os mais diversos motivos. Sendo assim é necessária a produção de conhecimento sobre as diversas infâncias e suas constituições. (COUTINHO, s/d)

O movimento do corpo está presente desde o nascimento nas pessoas, desde o ato de pegar um objeto ou engatinhar, através do movimento também nos comunicamos, como quando o bebê fica inquieto, se mexendo muito, é a forma dele de demonstrar que algo o está incomodando.

O Referencia Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) traz o movimento e as suas contribuições para o desenvolvimento da criança.

O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem, adquirindo cada vez maior controle sobre seu próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo. Engatinham, caminham, manuseiam objetos, correm, saltam, brincam sozinhas ou em grupo, com objetos ou brinquedos, experimentando sempre novas maneiras de utilizar seu corpo e seu movimento. Ao movimentar-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais. O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. (BRASIL, 1998)

Através da dança trabalhamos todas as formas de movimentação do corpo, expressamos nossos sentimentos, exercitamos a memorização, atenção e socialização

entre as crianças. O espaço da educação infantil deve proporcionar todos esses momentos de aprendizado.

A dança é uma ótima aliada para a criança com síndrome de Down no seu desenvolvimento. Um dos maiores obstáculos quando a dança é utilizada em sala de aula é o professor, quando não permite que as crianças se expressem livremente com seu corpo. O professor deve dar liberdade às crianças para que elas possam se movimentar, conhecer seu corpo, sem o oprimir com um modelo.

Uma maneira bem eficiente de se trabalhar a dança com os portadores de SD é utilizá-la de forma educacional recreativa, sendo uma excelente forma de estabelecer a saúde, aptidão física, autoconfiança, equilíbrio emocional, integração social, entre outros benefícios por ser um método que não se preocupa com a técnica, e sim, propõe que as pessoas adaptem os exercícios ao seu dia-a-dia, seu meio, proporcionando liberdade de movimentos. (LIMA; BOSQUES, 2010).

Lima e Bosques (2010) trazem uma ótima explicação das vantagens da dança na Educação Infantil, as contribuições que a expressão corporal proporciona para as crianças com a síndrome, proporcionando um rico momento de interação social, descoberta do corpo, autonomia, entre outros.

A dança é uma das melhores formas de se expressar o que está sentindo e ajuda a criança a perder a timidez e interagir com os seus colegas, há um desempenho positivo quando é permitido as crianças criarem passos, tendo a liberdade de se expressarem com o corpo, trazendo um melhoramento no desenvolvimento motor.

Assim, a pessoa com síndrome de Down, necessita para seu desenvolvimento a possibilidade de convívio social, pois é através da mediação entre seus pares, que se promove a concepção de consciência corporal, desenvolvimento cognitivo, coordenação motora e conseqüentemente, melhor qualidade de vida e movimento, pois para Vygotsky, só nos tornamos humanos em convivência com outros humanos.

Considerações finais

Portanto, entendemos a dança como produto humano que se constitui e se constrói nas interações sociais dentro de um processo histórico-cultural promovendo expressões humanas que desenvolvem percepção, imaginação e criação, processos que humanizam o ser humano.

Quanto à importância da dança para a educação, acreditamos na necessidade de um trabalho consciente e interdisciplinar, que contemple as demais práticas da escola, a ampliação da formação do professor em relação à abordagem corporal e, formação prática, visto que a dança constitui uma atividade importante dentro de uma escola que visa a formação de pessoas atuantes, autônomas, conscientes e humanas.

A partir da inclusão é possível difundir o universo da arte sem limites, para que a cultura e o entretenimento façam cada vez mais parte da vida das crianças, estabelecendo diálogos entre a dança e a educação formal, de modo a subsidiar na teoria e na prática o ensino da dança. Além disso, o professor deve buscar desenvolver no aluno a consciência corporal e aprimorá-lo enquanto instrumento de expressão, comunicação, percepção e não de reprodução, utilizando a dança como linguagem significativa, plena de objetivos pedagógicos.

Referências

ANHÃO, P. P. G. **O professor de interação social na inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down em educação infantil.** 2009. 88p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde na Comunidade, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas da educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BROUGÈRE, G. **A criança e a cultura lúdica.** Rev. Fac. Educ. vol.24 n. 2 São Paulo July/Dec. 1998.

CEBALOS, N. M; MAZARO, R. A; ZANIN, M. **A importância do lúdico para crianças com Síndrome de Down.** Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd168/universo-ludico-para-criancas-com-sindrome-de-down.htm>> Acesso em: 31 jul de 2014.

COUTINHO, Ângela Maria Scalabrin . **Infância e diversidade: as culturas infantis.** In: 24ª Reunião Anual de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2001, Caxambu - MG. Anais da 24ª Reunião anual da ANPED. Petrópolis : Vozes, 2001. p. 1-9.

DANIELS, Harry (org). **Uma introdução a Vygotsky.** São Paulo: Loyola, 2001.

LIMA, Luciana Jardim de; BOSQUE, Ronédia Monteiro. **A contribuição da dança para o desenvolvimento integral dos alunos do grupo de dança da APAE-AP.** Disponível em: <<http://www.rexlab.ufsc.br:8080/more/formulario10>>. Acesso em: 02 maio 2013

ORNELAS, M. A; SOUSA, C. **A contribuição do profissional de educação física na estimulação essencial em crianças com Síndrome de Down.** Revista da Educação Física. Maringá, v. 12, n. 1, 2001. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3779-10611-1.pdf>> Acesso em: 27 jul de 2014.

SILVA, K. S. de B. P. da. **O papel das interações no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.